

Crise no Congresso pode atrasar projetos

Propostas que a equipe econômica considera fundamentais estariam em risco

Vivian Oswald e Vladimir Netto

• BRASÍLIA. A crise política que tomou conta do Congresso pode causar um atraso na agenda legislativa considerada essencial pela equipe econômica. A lista dos projetos que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, quer ver aprovados ainda este ano inclui 23 itens. O mais importante é a manutenção ou a substituição da CPMF, para garantir uma arrecadação de R\$ 18 bilhões por ano, mais da metade do ajuste fiscal previsto para este ano com o FMI, de R\$ 29,67 bilhões até setembro, quando termina o acordo. No entanto, desde o início das investigações sobre as irregularidades na Sudam e no painel do Senado, todas as atenções dos parlamentares se voltaram para a pauta política.

Nesse meio tempo, só o projeto que autoriza que o associado de um fundo de pensão possa carregar suas reservas para outro fundo, considerado de extrema importância pela equipe econômica, passou um mês trancando toda a pauta

Câmara dos Deputados.

O projeto de lei que prevê o pagamento de R\$ 40 bilhões da correção do FGTS parece estar no mesmo caminho. Se não for aprovado na semana que vem, pode bloquear mais uma vez a agenda dos deputados. O temor da equipe econômica é que os projetos considerados prioritários fiquem para 2002 e sejam atropelados pelas campanhas eleitorais para presidência da República, governos estaduais, Senado e Câmara.

Regulamentação da Lei Fiscal também na pauta

Na semana passada, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, defendeu a continuidade das investigações desde que a pauta do congresso não fosse paralisada, o que, para ele, poderia prejudicar o país.

— Não há dúvida de que vemos uma crise que tem reflexos no funcionamento do Congresso e na economia. O prejuízo não é mensurável, mas há uma reversão de expectativas — disse o vice-presidente da Confederação Na-

cional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PMDB-PE).

Segundo José Guilherme Reis, chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, os projetos mais importantes da agenda legislativa enviada ao Congresso no lançamento do plano de trabalho do governo para o biênio 2001-2002 são, além da CPMF, que será extinta em junho do ano que vem, os projetos de previdência complementar e duas propostas para concluir a regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Um deles cria o Conselho de Gestão Fiscal. Um outro estabelece limites de endividamento do setor público.

— A crise política tem um efeito negativo sobre as expectativas da economia, mas não é devastador. As votações seriam boas como um sinal de que o governo tem capacidade política até o fim do mandato do presidente — afirma o ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, hoje na consultoria Tendências. ■